

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS – SESA
FACULDADE AMADEUS - FAMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

THALYTA EDGLEISE PORTELA DOS SANTOS

**O PLANO DE AULA E SEUS IMPACTOS, NO DESENVOLVIMENTO DOS
PROFESSORES, DA REDE PARTICULAR DE ENSINO, DO MUNICÍPIO DE
SANTO AMARO DAS BROTAS SE**

**Aracaju SE
2019.2**

THALYTA EDGLEISE PORTELA DOS SANTOS

**O PLANO DE AULA E SEUS IMPACTOS, NO DESENVOLVIMENTO DOS
PROFESSORES, DA REDE PARTICULAR DE ENSINO, DO MUNICÍPIO DE
SANTO AMARO DAS BROTAS SE**

**Artigo científico apresentado à
Sociedade de Ensino Superior
Amadeus como requisito para obtenção
do Grau de Licenciatura Plena em
Pedagogia**

**Orientadora: Professora Dra. Maria Auxiliadora
Santos**

**Aracaju SE
2019.2**

S237p SANTOS, Thalyta Edgleise Portela dos

O plano de aula e seus impactos, no desenvolvimento dos professores, da rede particular de ensino, do município de Santo Amaro das Brotas se / Thalyta Edgleise Portela dos Santos. – Aracaju, 2019.

38f.

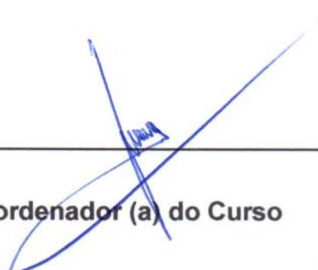
Orientador: Prof.^a Dra. Maria Auxiliadora Santos.
Artigo (Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia) –
Faculdade Fama, 2019.

1. Pedagogia 2. Educação infantil 3. Plano de aula
I – SANTOS, Maria Auxiliadora (orient.) II - Título

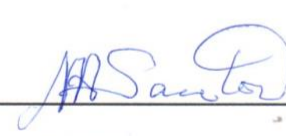
CDU: 37 (045)

**O PLANO DE AULA E SEUS IMPACTOS, NO DESENVOLVIMENTO DOS
PROFESSORES, DA REDE PARTICULAR DE ENSINO, DO MUNICÍPIO DE
SANTO AMARO DAS BROTAS SE**

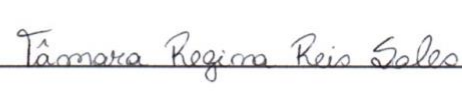
Artigo científico apresentado à Sociedade de Ensino Superior Amadeus, como
requisito final para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.



Coordenador (a) do Curso



Orientador (a)



Avaliador (a)

Avaliação Final: 9,5

Aprovado em: Aracaju 00 / 11 / 2019

AGRADECIMENTOS

GRATIDÃO! Essa é a palavra que define essa conquista. Conquista de uma menina, que foi “obrigada” pela vida a se tornar mulher e assumir suas responsabilidades muito antes do que podia imaginar.

Primeiramente sou grata a DEUS, pela honra de ser cuidada por Ele, de não ter me deixado faltar nada nesses quatro longos anos de graduação, por ter me protegido em todas as estradas que trilhei durante esses 27 anos de vida e ter me permitido a conquista desse sonho.

Gratidão eterna a minha mãe (in memory), dona Gleide Alves Portela, por todo apoio e por tudo que aguentou durante seus 47 anos de vida, por todas as renúncias que teve que fazer, por todos os ensinamentos, todas as vezes que me viu sair para faculdade e só dormiu quando me ouviu chegar. Hoje não está presente fisicamente, mas te levarei sempre no meu coração e essa conquista é muito mais sua do que minha. TE AMO PRA SEMPRE, MÃE!

A minha avó, Maria Rosalita Alves (in memory), que não teve a oportunidade de participar fisicamente em nenhuma das etapas da minha graduação, que não sabe a falta que me faz, amava conversar com a senhora, pois eu podia ser eu, não precisava me esconder. Prometo que ainda deixarei meu cabelo crescer!

Não poderia deixar de agradecer a todos que contribuíram direta e indiretamente nesse longo caminho que trilhei. Em especial a meu AMIGO, Alan Cristófer, que em meio ao meu desespero, minha falta de confiança em mim, nunca me deixou sozinha e me ajudou sem pensar duas vezes, abdicando de momentos seus para estar comigo na busca desse sonho, OBRIGADA!

Minha amada professora Aparecida, minha eterna Bobbitt, suas aulas de O.T.P. foram importantíssimas para a decisão do meu tema, já que eu não conseguia chegar a uma ideia final. Sua alegria e luz são contagiantes e suas “paradas” para me ouvir, durante os furacões que existem em minha vida, nos permitiram uma amizade agradável.

Tâmara! A professora que nos enganou pelos corredores da faculdade, pois todos achavam que era mais uma aluna, até chegar à sala e dizer: sou a nova professora de estatística! E todos ficarmos boquiabertos. Você é um ser humano EXCEPICIONAL, não tenho palavras para expressar minha gratidão a você. Somente obrigada por ter segurado em minha mão, quando eu não acreditava em mim.

Minha orientadora, Maria Auxiliadora (Dora), não sei quais as palavras devo usar para te agradecer. A senhora aguentou minhas teimosias até o final e hoje se cheguei até aqui, grande parte dessa realização devo à senhora.

Aos amigos que conquistei durante esse trajeto, que espero levar durante esse novo ciclo que inicio em minha vida. Não irei citar nomes, mas creio que com os nossos próximos passos na vida, iremos firmar ainda mais nossas amizades.

A todos os profissionais da Faculdade Amadeus, que foram indispensáveis para essa conquista.

Por fim, a mim! Por não ter se permitido DESISTIR, ter me tornado uma pessoa mais humana, mesmo com todos os obstáculos que surgiram, os medos, decepções, conquistas, noites perdidas, lágrimas de dor, desespero, mas mesmo com a enorme vontade de jogar tudo para o alto e mesmo assim, EU VENCI!

***“E tomando a mão da menina,
disse-lhe: Talita cumi, que,
traduzido é: Menina a ti te
digo, levanta-te” (Marcos
5:41)***

O PLANO DE AULA E SEUS IMPACTOS, NO DESENVOLVIMENTO DOS PROFESSORES, DA REDE PARTICULAR DE ENSINO, DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DAS BROTAS SE

Thalyta Edgleise Portela dos Santos
lytaportela@hotmail.com

Resumo

O presente artigo analisa a relação do plano de aula com o professor. Para a fundamentação teórica foram utilizados os autores: Vasconcelos (2006), Júnior (2007), Castro; Tucunduva; Arns (2008), Brasil (2010), Sacristán; Gómez (1998), tendo como prioridade responder a seguinte questão: quais os impactos da efetiva elaboração do plano de aula para o desenvolvimento dos professores, responsáveis pelos alunos de 03 a 05 anos, da rede particular de ensino do município de Santo Amaro das Brotas SE? Essa análise tem como objetivo geral refletir sobre o impacto do planejamento de aula, no desenvolvimento profissional dos professores, responsáveis pelos alunos de 03 a 05 anos. Foi uma pesquisa qualitativa, estudo de caso (GIL, 1991 e LÜDKE; ANDRÉ 2012). Como instrumento de coleta de dados, foi utilizada uma entrevista com seis professoras, de três escolas da rede particular de ensino, do município de Santo Amaro das Brotas SE, com questões sobre: o real motivo pelos quais os professores planejam suas aulas, compreender a dinâmica do planejamento nas séries iniciais, identificar as maiores dificuldades dos professores em planejar as aulas e entender como o planejamento de aula interfere no desenvolvimento em sala de aula. Por fim, analisou-se que mesmo sendo uma atividade importante para um bom desenvolvimento do professor e da aula, é necessário que os professores não só tenham acesso aos materiais, mas que também sejam orientados e fiscalizados em seu devido uso.

Palavras-chaves: Educação Infantil. Plano de aula. Professor.

ABSTRACT

This article analyzes the relationship of the lesson plan with the teacher. For the theoretical foundation were used the authors: Vasconcelos (2006), Júnior (2007), Castro; Tucunduva; Arns (2008), Brazil (2010), Sacristán; Gómez (1998), having as priority to answer the following question: what are the impacts of the effective elaboration of the lesson plan for the development of the teachers, responsible for the students from 03 to 05 years, of the private school system of Santo Amaro das Brotas SE? This analysis aims to reflect on the impact of class planning on the professional development of teachers, responsible for students from 03 to 05 years. It was a qualitative research, case study (GIL, 1991 and LÜDKE; ANDRÉ 2012). As an instrument for data collection, an interview was used with six teachers from three schools of the private school system, in the municipality of Santo Amaro das Brotas SE, with questions about: the real reason why teachers plan their classes, understand the planning dynamics in the early grades, identifying teachers' greatest difficulties in planning classes, and understanding how classroom planning interferes with classroom development. Finally, it was analyzed that even though it is an important activity for the good development of the teacher and the class, it is necessary that the teachers not only have access to the materials, but also be oriented and supervised in their proper use.

Keywords: Early Childhood Education. Class plan. Teacher.

INTRODUÇÃO

O plano de aula é um dos recursos utilizados pelos professores, como um meio de orientação para a realização diária das suas aulas, sendo assim uma peça de suma importância para que esse docente chegue ao seu objetivo. Quando o professor se apropria da arte de planejar, ele entende a necessidade da realização do plano de aula, como o começo de um caminho, que não só o levará, mas também aos seus alunos, à aprendizagens e descobertas, que serão fundamentais para o desenvolvimento de todos com o meio.

A elaboração do plano de aula deve ser o momento onde a autoridade do professor deve ser colocada em prática, pois ele precisa decidir os objetos do conhecimento que ele deve abordar, a metodologia que mais se adéqua a sua turma, para que eles compreendam o assunto, reflitam sobre os objetivos que desejam alcançar, quais os recursos e qual será a sua maneira de avaliar os seus alunos, discutir o seu conhecimento, de forma que o seu aluno seja capaz de compreender que aqueles conteúdos irão contribuir para o seu desenvolvimento como cidadão.

Em todo o curso de pedagogia, aprendemos conteúdos, métodos, objetivos e outros pontos que devemos abordar, para que seja realizado um plano de aula, em que os alunos compreendam os conteúdos e sejam sujeitos atuantes no meio em que vivem. No entanto, não olhamos para o professor, na hora de planejar suas aulas, com a mesma preocupação que olhamos para ele na hora de aplicar o plano de aula feito, para a execução das suas aulas. Nesse sentido, o presente artigo traz como objetivo geral refletir sobre o impacto do planejamento de aula, para o desenvolvimento profissional dos professores da rede particular, responsáveis pelos alunos de 03 a 05 anos, no município de Santo Amaro das Brotas SE e como objetivos específicos analisar os reais motivos pelos quais os professores planejam suas aulas, compreender a dinâmica do planejamento para as séries iniciais de ensino, identificar as percepções dos professores sobre o planejamento de aula, entender como o planejamento de aula interfere no desenvolvimento do professor em sala de aula, identificar as maiores dificuldades dos professores em planejar suas aulas.

O presente artigo trata-se de uma busca para entender: quais os impactos da efetiva elaboração do plano de aula para o desenvolvimento profissional dos professores, responsáveis pelos alunos da pré-escola, da rede particular de ensino,

do município de Santo Amaro das Brotas SE? Faz, assim, uma reflexão sobre o plano de aula e o papel que ocupa no desenvolvimento do professor, buscando conhecer a realidade sentida por estes educadores no ato de planejar e aplicar as suas aulas.

Para fundamentação teórica foram utilizados os autores: Vasconcelos (2006), Júnior (2007), Castro; Tucunduva; Arns (2008), Sacristán; Gómez (1998), Brasil (2010), que abordam sobre a importância do plano de aula para o desenvolvimento das aulas, quais os objetivos a serem seguidos e a forma de organização dos professores.

Justifica-se o projeto pela necessidade de entender como o professor, que já atua em sala de aula, se sente ao planejar suas aulas. De modo que o mesmo expresse suas verdadeiras sensações e conhecimentos adquiridos com a prática de planejar. A escolha do tema deu-se por ser uma tarefa realizada com frequência, porém, pouco abordada para saber o quanto é necessário planejar e qual o verdadeiro impacto no desenvolvimento da realização das aulas de um professor.

A metodologia utilizada foi uma pesquisa de cunho qualitativo, baseada em um estudo de caso, segundo os autores Gil (1991) e Lüdke; André (2012). O instrumento para coleta de informações foi a entrevista, desenvolvida com seis professores da pré-escola, responsáveis pelo 1º, 2º e 3º períodos, de três escolas da rede particular de ensino, do município de Santo Amaro das Brotas SE. Para análise dos dados foram utilizados os núcleos de significação (AGUIAR; OZELLA, 2006)

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Um Breve Relato Sobre a História do Planejamento

O planejamento é uma atividade que sempre foi realizada pela humanidade, mesmo sem haver um conhecimento prévio sobre o assunto. Com o passar do tempo ocorreram evoluções e a necessidade de realizar adaptações ficaram mais evidentes, para que esse viesse a ser usado em outras áreas da atuação humana (CASTRO; TUNCUNDUVA; ARNS, 2008).

É fora do campo da Educação, que o planejamento começa a ser organizado, tendo ligação mais direta com a I e a II Revolução Industrial e pela urgência que a ciência da Administração tinha, lá no final do século XIX. Nesse sentido, o planejamento terá nomes muito representativos para a organização dessas

adaptações, como por exemplo, o americano Taylor (1856 – 1915) e o do francês Fayol (1841 – 1925) (VASCONCELOS, 2006).

Após esses acontecimentos, adotou-se o planejamento como uma forma de organização, diante de um momento que era necessário trabalhar de uma nova maneira, para continuar no mercado que estava em alta naquele período, e era preciso suprir os desafios desse novo comércio, que vinha conquistando o seu espaço com muita velocidade (CASTRO; TUNCUNDUVA; ARNS, 2008).

A resposta ao planejamento foi tão positiva, que no início do século XX, o planejamento foi sendo adotado por todos os setores da sociedade, causando um enorme impacto quando foi usado na União Soviética, fazendo com que os procedimentos escolhidos, dessem a possibilidade de desenvolver o planejamento feito (VASCONCELOS, 2006).

As instituições educacionais foi um dos setores da sociedade que aderiu ao planejamento como forma de organização, para o desenvolvimento das suas atividades. As teorias da Administração influenciavam diretamente nesse processo, porque traziam conceitos que auxiliavam as instituições escolares a aderirem um planejamento que mais se adaptasse ao seu objetivo final (CASTRO; TUNCUNDUVA; ARNS, 2008).

O regime ditatorial daquela época usava o planejamento como forma de controle sobre as ações dos professores de modo a não interferir no regime político da época, fazendo então com que muitos educadores, tivessem uma resistência muito forte em relação à elaboração desses planos, pois além de ser uma tarefa supervisionada, muitas vezes foram até elaborados por técnicos que faziam as delimitações em relação ao que cada professor deveria ensinar em suas aulas (CASTRO; TUNCUNDUVA; ARNS, 2008).

Com o passar do tempo, novas evoluções aconteceram na humanidade, e mais uma vez as instituições escolares, sofrem mudanças. Uma delas é que o planejamento deixa de ter a função de regular as ações realizadas pelos professores, passando a ser um instrumento necessário, para que os educadores possam ter um direcionamento de como devem ministrar suas aulas (CASTRO; TUNCUNDUVA; ARNS, 2008)

2.2. RCNEI: Quais as Orientações Para os Educadores da Educação Infantil?

O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI) é um documento que reúne as referências e orientações pedagógicas visando contribuir com a realização das práticas educativas de qualidade, auxiliando na melhoria das condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras (BRASIL, 1998). Dentre vários aspectos, o RCNEI tem como função:

[...] contribuir com as políticas e programas de educação infantil, socializando informações, discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo de técnicos, professores e demais profissionais da educação infantil e apoiando os sistemas de ensino estaduais e municipais. (BRASIL, 1998, p.13).

O professor precisa ter uma conscientização de como é importante a sua contribuição para o desenvolvimento dos seus alunos. É considerável que o educando tenha na sua formação inicial, as primeiras instruções para socialização, discussões das informações e serem capazes da participação em pesquisas.

Sabendo que as crianças de zero a seis anos possuem características no campo afetivo, emocional e social, é preciso oferecer qualidade nas atividades desenvolvidas com elas, possibilitando o exercício da cidadania, orientados pelas seguintes concepções:

- o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;
- o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade. (BRASIL, 1998, p.13).

O RCNEI traz ao educador instruções sobre a pluralidade e diversidade da sociedade brasileira, chamando atenção para as diversas propostas curriculares na educação infantil que já são presentes no currículo escolar. Este Referencial é uma proposta aberta, flexível e não obrigatória, que poderá orientar nas criações ou na

realização de programas e currículos, de acordo com a realidade de cada um. (BRASIL, 1998).

Diante de tal objetivo, o RCNEI diz que:

[...] o uso deste Referencial só tem sentido se traduzir a vontade dos sujeitos envolvidos com a educação das crianças, sejam pais, professores, técnicos e funcionários de incorporá-lo no projeto educativo da instituição ao qual estão ligados. (BRASIL, 1998, p.14).

É preciso que todos os responsáveis pela educação das crianças, expressem suas ideias para que se faça um planejamento eficaz, no sentido de agregar valor ao desenvolvimento dos alunos, enquanto sujeitos atuantes no meio em que convivem expressando suas emoções e desejos.

As crianças são sujeitos sociais e históricos, como todos os seres humanos, e são parte de uma composição familiar que está fixada em uma sociedade, com uma determinada cultura. As crianças têm nas suas famílias, biológicas ou afetivas, um ponto de orientação muito forte, por isso que é importante que todos sejam envolvidos em suas atividades (BRASIL, 1998).

2.3. DCNEI: O Que As Crianças Têm Direito De Aprender?

O atendimento em creches e pré-escolas como direito social das crianças se afirma na Constituição de 1988, com o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a Educação. O processo que resultou nessa conquista teve ampla participação dos movimentos comunitários, dos movimentos de mulheres, dos movimentos de trabalhadores, dos movimentos de redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação (BRASIL, 2010, p. 7).

A resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 é um documento que vem fixar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), buscando garantir o que as crianças têm direito a aprender (BRASIL, 2010).

O DCNEI tem como objetivo:

1. [...] estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na educação infantil.

2. [...] articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil.

3. Além das exigências dessas diretrizes, devem também ser observadas a legislação estadual e municipal atinentes ao assunto, bem como as normas do respectivo sistema (BRASIL, 2010, p. 11).

Para efeito das Diretrizes são adotadas as definições:

- Educação Infantil:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

- Criança:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

- Currículo:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

- Proposta Pedagógica:

Proposta pedagógica ou projeto político pedagógico é o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados. É elaborado num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar. (BRASIL, 2010, p. 12,13).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) vêm trazendo também, algumas regras sobre a faixa etária e a matrícula das crianças, vejamos:

- É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.
- As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil.
- A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental.
- As vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças (BRASIL, 2010, p.15).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), ainda vem nos alerta sobre a jornada a ser cumprida pelas crianças, analisemos:

É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição (BRASIL, 2010, p.15).

Trazendo como princípios:

As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

- Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2010, p. 16).

A proposta pedagógica do DCNEI (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil) para as instituições de Educação Infantil diz que o objetivo é a garantia da criança a acesso a creche e a escola na idade certa, a processos de

apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças (BRASIL, 2010).

2.4 A BNCC: Instrumento Que Agrega Valor ao Planejamento do Professor.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) é mais um documento que foi elaborado para auxiliar os professores na realização do planejamento de suas aulas, descrevendo todas as habilidades que os docentes precisam desenvolver nos seus alunos, os objetivos e conteúdos a serem abordados.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (BRASIL, 2017, p.5).

De acordo com a BNCC, no início da Educação Básica, é preciso priorizar seis direitos fundamentais para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças, para que elas sejam capazes de apresentar suas expressões e emoções. São eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer (BRASIL, 2017).

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BRASIL, 2017, p.34).

Sabendo disso, o professor precisa fazer um planejamento de aula que atenda esses direitos, para que os discentes possam conhecer a si e ao outro, compreender as suas relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica nas práticas de cuidados pessoais, como alimentar-se, vestir-se, higienizar-se, na participação em brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas (BRASIL, 2017).

Sabendo disso, a BNCC (2017) traz como parte do trabalho do educador “refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças.” (BRASIL, 2017, p.35).

2.5 As Leis Que Regem a Educação no Brasil.

Cada acontecimento histórico, trás para a sociedade, como resultado, algumas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais de sua época. Com relação às leis, essas devem expressar o contexto a partir do momento em que foram elaboradas, bem como deixar claro para toda a sociedade, os limites impostos por elas (JUNIOR, 2007).

A primeira lei relacionada à educação foi criada em 20 de dezembro de 1961, de número 4.024, esta foi a pioneira a regulamentar as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1961).

A partir do momento em que a sociedade foi sofrendo algumas alterações em seu modo de vida, houve a necessidade de planejamento de uma nova norma que atendesse as suas necessidades. Deste modo, a lei nº 5.692 do ano de 1971, mais precisamente, do dia 11 de agosto do referido ano, fixava as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e ainda estabelecia nela outras providências que reforçavam a sua efetivação (BRASIL, 1971).

No entanto, mais uma vez a sociedade sofreu alterações e, esta segunda lei, não foi suficiente para suprir as suas carências. Por conta disso, a terceira e última norma que regula a educação foi criada e está vigorando até os dias atuais, a lei nº 9.394 (BRASIL, 1996).

A referida lei foi criada no ano de 1996 no dia 20 de dezembro para estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional. Desde então, ela vem abrangendo os mais diversos tipos de educação: educação infantil, que agora é obrigatória para crianças a partir de quatro anos, ensino fundamental e o ensino médio, estendendo-se para os jovens até os dezessete anos. Além de outras modalidades do ensino, como a educação especial, indígena, no campo e ensino à distância (BRASIL, 2017).

Comprovando o que foi dito, nos incisos I, alíneas a, b e c e II do artigo 4º, da Lei 9.394/96, vem destacando que:

Art. 4º [...]

I. Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II. Educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 2017, p. 9).

É por meio da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que encontramos os princípios gerais, as finalidades, os recursos financeiros, a formação e diretrizes para

a carreira dos profissionais da educação. Além disso, essa é uma lei que se renova a cada período, cabendo à Câmara dos Deputados atualizá-la, conforme o contexto em que se encontra a nossa sociedade. Podemos citar como exemplo, o fato que, antigamente o período para terminar o ensino fundamental era de 8 anos, após a atualização da LDB, o período se estendeu para 9 anos, com idade inicial de 6 anos (BRASIL, 2017).

Desde a publicação da LDB, ocorreram inúmeras alterações. A última alteração ocorreu em março de 2017, por meio da Lei nº 13.415. Visaram buscar melhorias para a nossa educação, sempre primando pelo direito à educação universal, norteando o povo brasileiro, assegurando-lhe seus direitos e mostrando os seus deveres (BRASIL, 2017).

Os princípios que servem como norte para à ministração do ensino nacional, estão elencados nos incisos do artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), vejamos:

Art. 3º [...]

I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;;

II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV. Respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V. Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII. Valorização do profissional da educação escolar;

VIII. Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX. Garantia de padrão de qualidade;

X. Valorização da experiência extraescolar;

XI. Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII. Consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII. Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018) (BRASIL, 2017, p. 9).

Conforme exposto, é notória a regularidade da educação nacional. A lei nº 9.394, que ainda está em vigor, é a responsável por toda a regulamentação da educação infanto-juvenil.

2.6 O Plano de Aula: Qual a Importância Para o Professor?

Assim como para outras atividades diárias há a necessidade da realização de um planejamento, na educação não é diferente. Para que os objetivos sejam alcançados, é necessário planejar algumas ações, que no caso da educação infantil, são norteadas pela LDB, BNCC, DCNEI e o RCNEI.

Antes que o professor realize o planejamento para a execução do seu plano de aula, se faz necessário que alguns outros planejamentos tenham sido realizados, e que o professor tenha conhecimento deles para que o seu plano de aula atenda as necessidades dos alunos. Temos como exemplos: o Plano Nacional da Educação, o Projeto Político Pedagógico (PPP), o Plano de Curso, o Plano de Ensino e o Plano de aula.

Todos os planejamentos são de suma importância para que o docente desenvolva um trabalho de qualidade em sua sala de aula. Sendo assim, é necessário que ele entenda qual a real importância de cada passo a ser dado na realização de um bom planejamento. O mais utilizado pelo professor em suas atividades diárias é o plano de aula. Nele, o professor expressa quais as competências e habilidades em relação à aprendizagem dos seus alunos, de maneira bem detalhada, conseguindo assim, definir cada passo a ser executado.

Segundo Vasconcelos (2006), quando o professor não consegue entender esse processo, ele se torna alienado e até negligente com a sua função e o real objetivo da educação.

[...] o professor não tem compreensão do seu trabalho na complexidade que ele implica; está alienado do seu quefazer pedagógico; foi expropriado do seu saber, situação esta que o desumaniza, deixando-o à mercê de pressões, de ingerências, de modelos que são impostos como 'receitas prontas', impossibilitando um trabalho significativo e transformador, levando-o, por consequência, à acomodação, a desconfiança, chegando mesmo à falta de companheirismo e de engajamento em

lutas políticas e até sindicais. (VASCONCELOS, 2006, p.25).

Quando o professor é alienado, aos pontos importantes, a realização do planejamento de um plano de aula, somente usa teorias e conteúdos. Deixa de lado a sua autonomia e confiança, que também são importantes para a contribuição no desenvolvimento dos alunos, e acaba tornando suas aulas monótonas.

Acontece desta forma, a desorganização do material que poderia ser utilizado, baixo retorno positivo de seus alunos e o desinteresse dos mesmos. Com isso, a aula não contribuirá para o seu desenvolvimento, frustrando o professor e o aluno.

De acordo com Vasconcelos (2006):

[...] o planejamento é político, é hora de tomada de decisões, de resgate dos princípios que embasam a prática pedagógica. Mas para chegar a isto, é preciso atribuir-lhe valor, acreditar nele, sentir que planejar faz sentido, que é preciso. O primeiro passo, portanto, é chegar ao ponto do: Planejamento ser necessidade do professor! (VASCONCELOS, 2006, p.41).

Os docentes precisam quebrar a visão que têm sobre o ato de planejar. Deixar de pensar que é uma tarefa simplesmente técnica e passar a se perguntarem sobre o tipo de cidadão que eles pretendem incluir na sociedade. (CASTRO; TUNCUNDUVA; ARNS, 2008).

Partindo do princípio de que o professor deve ensinar os conteúdos e também formar o aluno para que ele se torne atuante na sociedade, ele deve organizar seu plano de aula de modo que o aluno possa perceber a importância do que está sendo ensinado, seja num contexto histórico, para o seu dia-a-dia ou para seu futuro. (CASTRO; TUNCUNDUVA; ARNS, 2008, p.58).

O conhecimento científico e as teorias pedagógicas são importantes para conhecer melhor os caminhos a serem tomados, mas não orientam a prática docente.

O professor/a não atua seguindo modelos formais ou científicos, nem elabora estratégias de intervenção precisas e inequívocas segundo modelos de ensino ou de aprendizagem, nem decide a prática a partir de filósofos ou declarações de objetivos, senão que responde pessoalmente, na medida de suas possibilidades, com diferente grau de compromisso ético profissional, às exigências de seu trabalho com um grupo de alunos/as em determinadas condições (SACRISTAN; GOMÉZ 1998, p.274).

O docente no ato de planejar pode aproveitar ideias e teorias científicas, embasando assim as suas decisões, pois o planejamento é um dos passos para um processo de desenvolvimento do currículo que os professores devem aplicar. Nele os professores indicam o que tem que fazer e como fazer, da maneira que eles entendem que seja melhor para os seus alunos. Essa escolha não se dá pela potencialidade intelectual ou educativa que venha ter uma determinada atividade, mas sim por necessidades mais imediatas, como manter os alunos/as envolvidos nas tarefas realizadas (SACRISTAN; GOMÉZ 1998).

Deveríamos levar em conta que cada professor tem uma realidade diferente e por isso a necessidade de se ter um esquema onde ele possa criar variações, mas não deixando de se basear na linha pedagógica, pois o plano de aula é uma habilidade prática exercida constantemente. (SACRISTAN; GOMÉZ, 1998).

3. METODOLOGIA

Essa é uma pesquisa de cunho qualitativo, com estudo de caso (LÜDKE; ANDRÉ, 2017). A abordagem qualitativa possibilita um contato mais próximo entre o pesquisador e o tema/problema que se deseja observar. A pesquisa qualitativa não está preocupada em enumerar o fato pesquisado/estudado, e sim em descrever os dados obtidos pelo contato direto do pesquisador com o ambiente explorado, buscando assim a melhor compreensão sobre o problema abordado.

O estudo de caso, segundo Gil (1991), é formado por um conjunto de dados, que conseguem descrever o objeto/assunto abordado em estudo, ajudando o pesquisador principalmente quando a pesquisa é de caráter exploratório. Por ser um método flexível se adéqua muito bem para uma investigação de temas complexos, ajudando na construção de hipóteses ou na reformulação de problemas a serem pesquisados.

O instrumento utilizado foi a entrevista do tipo parcialmente estruturada, com a qual, segundo Lüdke; André (2012) é possível criar uma relação de interação, tendo uma troca mais justa entre quem pergunta e quem responde, com isso o entrevistado, tem mais propriedade para falar das informações que ele possui. Segundo Gil (1991, p. 92) a entrevista “parcialmente estruturada, quando é guiada por uma relação de pontos de interesses que o entrevistador vai explorando ao longo do curso”.

Muito embora, exista na cidade de Santo Amaro das Brotas SE, cinco escolas que oferecem o ensino infantil, dessas, três são da rede particular de ensino. Essas três escolas, atendem as classes da educação infantil e o fundamental menor. A pesquisa foi voltada para as seis professoras, que são responsáveis pelas classes de alunos com faixa etária de 03 a 05 anos.

Na escola “A”, temos atualmente 87 crianças, divididas entre a educação infantil e o ensino fundamental menor, onde a Professora N.C., formada no antigo Magistério em 2003 e cursando o 2º Período em uma Faculdade EAD, com 15 anos de experiência, leciona na turma do Maternal (alunos com 2 anos) e nas turmas do 2º e 3º Períodos (alunos com 4 e 5 anos). Ainda na escola “A”, temos a Professora T. S., formada no Ensino Médio no ano de 2010, cursando o 1º Período da Faculdade de Pedagogia, porém já formada em Radiologia e 07 meses trabalhando com professora, é responsável pela turma dos alunos do 1º Período, composta pelas crianças de 3 e 4 anos.

Na escola “B”, temos 120 alunos, que também são divididos entre educação infantil e ensino fundamental menor, e podemos contar com uma das Professoras, a docente J.G., formada no antigo Magistério em 2008, que atualmente não está na Faculdade, porém traz uma bagagem dos seus 09 anos atuando em sala de aula, e atualmente sendo responsável pela turma do Pré II (dicentes com 4 e 5 anos).

Já na escola “C”, temos 100 alunos, divididos na educação infantil e ensino fundamental menor, e a equipe pode contar com três professoras, que atuam com a faixa etária das crianças solicitadas nessa pesquisa. A Professora C.N., já é formada em Pedagogia, desde 2017, tem 03 anos que estar atuando em sala de aula e atualmente é responsável pela turma do Pré I, que são os alunos de 03 e 04 anos. Temos também a Professora P.S., formada no antigo magistério no ano de 2012, atuando na área há um ano e sendo responsável pela turma do Maternal, com crianças de 02 e 03 anos, e também a Professora J.J, que é formada no antigo magistério no ano de 2010, está lecionando a 02 anos e é responsável pelas turmas do Pré I e II, da escola “C”.

Para análise dos dados foram utilizados os núcleos de significação, que são expressões das sensações obtidas, após todas as leituras e coleta de dados, tentando assim trazer para o artigo as palavras e sentimentos que foram conhecidos através da realização das entrevistas.

O que pretendemos neste item não é, contudo, discutir o processo de constituição das formas de significação da realidade pelo sujeito, mas explicitar a necessidade de construir um procedimento metodológico que possibilite ao pesquisador apreender esse processo para além do empírico e que, assim, permita-lhe passar da aparência das palavras (significados) para sua dimensão concreta (sentidos) (AGUIAR, SOARES, MACHADO, 2015, p. 61).

Nessa etapa foram listados pré-indicadores, que consistem na identificação de palavras ou frases que mostram indícios da forma de pensar, sentir e agir do sujeito, que, como ser mediado pela história, se apropria das características de sua cultura e as converte em funções psicológicas. Com isso nesse momento são expostos os sentimentos, através das palavras utilizadas pelos sujeitos, dando assim a possibilidade de responder aos questionamentos feitos e abrindo caminhos para novas questões e descobertas (AGUIAR, SOARES, MACHADO, 2015).

De acordo com Aguiar; Ozella (2006), devemos considerar que a palavra com significado é a primeira unidade que se destaca no momento ainda empírico da pesquisa. Começamos a partir dela sem a intenção de fazer mera observação das construções narrativas, mas com a intenção de fazer uma análise do sujeito.

Para coleta de dados, foi realizada a elaboração de dez perguntas, referentes ao tema, onde as seis professoras pudessem dar as respostas mais claras possíveis. Realizada essa etapa, entrei em contato com as Diretoras das escolas “A”, “B”, e “C” e contei sobre todo o trabalho que eu vinha desenvolvendo, nos meses anteriores e pedi que me deixasse conversar com as professoras responsáveis pelas crianças de 03 a 05 anos.

Após conversar e sanar todas as dúvidas das professoras “N.C.”, “T.S.”, “J.G.”, “C.N.”, “P.S.” e “J.J.”, foi realizado as entrevistas com cada uma e após a gravação das nossas conversas, foi transcrito o que elas me responderam para um caderno, onde separei as palavras e frases mais importantes sobre o tema e as que mais se repetiam.

Tendo o material gravado e transcrito, iniciamos várias leituras “flutuantes”, para que possamos, aos poucos, nos familiarizar, visando a uma apropriação do mesmo. Essas leituras nos permitem destacar e organizar o que chamaríamos de pré-indicadores para a construção dos núcleos futuros (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 230).

Em geral, os pré-indicadores são em grande número e irão compor um quadro amplo de possibilidades para a organização dos núcleos. Um critério básico

para filtrar esses pré-indicadores é a verificação da importância para que se alcance a compreensão do objetivo da investigação (AGUIAR; OZELLA, 2006).

Uma segunda leitura das entrevistas transcritas permitiu a iniciação de um processo para o encontro dos pré-indicadores, sejam pela similaridade, pela complementaridade ou pela contraposição, de modo que nos levem a menor diversidade. Já no caso dos indicadores, mais uma leitura permitiu a organização dos possíveis núcleos de significação (AGUIAR; OZELLA, 2006).

Os núcleos são o conjunto dos indicadores e seus conteúdos, que resultará na organização dos núcleos de significação trazendo a sua nomeação. A partir dos pré-indicadores, foram encontrados como núcleos: **enriquecimento profissional**, com os indicadores confiança no plano de aula, as dificuldades para planejar, sentimentos do profissional, responsabilidade; **modelo prático** Elaboração do plano de aula e execução do plano de aula; **razões para planejar** com os indicadores busca de informações, atividades, adaptações; e **linhas gerais de metodologias pedagógicas** e foi possível analisar a linha geral da metodologia pedagógica, como indicador.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Análise sobre os núcleos de significação referentes às entrevistas dos professores dos I, II e III Período da Educação Infantil

Quadro 1 – Núcleos de Significação

Núcleo	Indicadores
Enriquecimento Profissional	✓ Confiança no plano de aula ✓ As dificuldades para planejar ✓ Sentimentos do profissional ✓ Responsabilidade
Modelo Prático	✓ Elaboração do plano de aula ✓ Execução do plano de aula
Razões para planejar	✓ Busca de informações ✓ Atividades ✓ Adaptações
Linhas Gerais de Metodologias Pedagógicas	✓ Linha geral de metodologia pedagógica

Fonte: Thalyta Portela, 23 de Outubro de 2019

4.1.1 Enriquecimento Profissional

Manter-se motivado com relação ao trabalho que desenvolve, tem se tornando uma tarefa difícil nos últimos tempos. Cada ser humano, tem um jeito de se

sentir motivado com as atividades que desenvolve em seu ambiente de trabalho. Quando o profissional é enriquecido pelo seu trabalho, é possível que eles tenham desenvolvido algumas habilidades, como **confiança**, **responsabilidade**, e consigam com mais clareza identificar suas **dificuldades** e os **sentimentos**, relacionados as suas atividades.

Essa realidade também está presente no trabalho desenvolvido pelos professores, e pode ser visto claramente, quando falamos do plano de aula. Para muitos ainda uma atividade que requer ajuda, para outros uma atividade necessária. Os professores desenvolvem várias funções, por exemplo:

[...] dar aulas, desenvolvendo atividades para vários grupos, preparando unidades didáticas, confeccionando matérias, gerenciando os recursos bibliográficos de consulta, especializando-se numa oficina de teatro, atendendo aos problemas do aluno/a, relacionando-se com os pais, buscando recursos para os alunos/as, aperfeiçoando-se, investigando com os companheiros, avaliando a própria docência, etc. (SACRISTAN, GOMÉZ 1998, p. 267)

Realizando essas atividades diariamente, os professores adquirem um enriquecimento profissional muito importante e meio que sem perceber, pois na maioria das vezes, estão preocupados em mostrar o melhor do seu trabalho.

Relacionado ao plano de aula, quanto mais for realizado pelo professor, mais fortes são as habilidades que eles serão capazes de desenvolver. Sendo assim, uma das habilidades que esses profissionais desenvolvem é a **confiança** em planejar suas aulas. Vejamos algumas informações sobre o porquê da confiança do professor, no plano de aula:

Professa N.C.: Para ter uma segurança na minha aula, [...] o meu planejamento eu sei o que eu vou passar, independente se tiver aluno ou não.

Professora T.S.: [...] me ajuda muito. Não me atrapalha em nada.

Professora J.G.: Para ajudar a desenvolver minha aula. [...] nos ajuda muito no desenvolvimento do trabalhar com as crianças em sala de aula. [...] quando eu não elaboro, me sinto perdida.

Professora C.N.: [...] a escola oferta um modelo e eu trabalho por ele.

Professora P.S.: [...] por que facilita. [...] melhor para trabalhar em sala de aula.

Professora J.J.: [...] quando tem um planejamento, você consegue desenvolver melhor sua aula

A **confiança** do professor no seu plano de aula, faz com que ele se sinta seguro nas suas ações. As citações acima são trechos das respostas dadas pelos professores entrevistados, como parte de um dos processos do desenvolvimento desse artigo.

Outra habilidade para o desenvolvimento profissional do professor é a identificação das dificuldades em planejar que são percebidas pelos professores, no ato do desenvolvimento dessa tarefa. O professor/a precisa de um esquema sobre o qual elaborará variações, mas mantendo uma linha geral, certamente mais por economia de tempo e de pensamento do que por coerência, ao ver assim facilitada a ação (SACRISTAN, GOMÉZ, 1998).

Tendo as respostas dos professores entrevistados, foi percebido que não existe uma **dificuldade** aparente em elaborar um plano de aula. Vejamos:

Professora N.C.: Não, até porque acho que a educação infantil, não é um bicho de sete cabeças.

Professoras T.S., J.G. e P.S.: Não vejo essa necessidade, essa dificuldade toda, [...]

Professora C.N.: Não, eu consigo fazer. A escola gosta do meu planejamento.

Professora J.J.: As vezes sim.

Apenas um professor entrevistado, responde que às vezes tem dificuldade em realizar a elaboração do plano de aula. Essa resposta pode nos levar a se perguntar, qual a dificuldade que o mesmo sente? Como podemos sanar essa dificuldade? Qual o tipo de ajuda que ele necessita para conseguir elaborar o plano de aula?

Sendo assim, damos lugar a outra competência de enriquecimento profissional e foram identificados alguns **sentimentos** desenvolvidos pelos professores entrevistados, em relação ao plano de aula:

Professora N.C.: [...] muito espoleta

Professora T.S.: Forçada! Em me sinto na obrigação de fazer.

Professora J.G.: Me sinto obrigada. O planejamento é chato para fazer.

Professora C.N.: Tranquila.

Professora J.J.: Fico tensa! Tenho medo!

Professora P.S.: Me sinto bem.

No ato de planejar, o professor em atividade, tem uma mistura de sentimentos muito forte. Podemos perceber isso quando lemos as respostas dadas pelos professores entrevistados. No geral o plano de aula é um facilitador das suas atividades em sala, porém a sua elaboração se torna uma atividade que incomoda, pois libera sentimentos negativos, como tensão e medo, por mais que eles/as entendam a importância do plano de aula.

Outra aptidão que ajuda no enriquecimento do docente é a **responsabilidade**. Habilidade essa que faz o professor mostrar o que realmente deseja quando está preparando suas aulas. Observemos:

Professora N.C.: [...] não gosto de chegar sem nada para fazer. [...] me sinto realizada dando minhas aulas

Professora T.S.: O planejamento é bom para a gente seguir.

Professora J.G.: Consigo passar para os alunos o que foi colocado no planejamento. Que meus alunos possam entender o que realmente eu desejo.

Professora C.N.: Seguir a risca o meu plano de aula.

Professora P.S.: Facilitar a aprendizagem das crianças.

Professora J.J.: Seguir o planejado.

A responsabilidade de concretizar o plano de aula faz com que o docente mesmo tendo alguns sentimentos negativos, na hora que estar planejando, tenha a seriedade de cumprir com suas obrigações e pensamentos expostos no seu planejamento.

4.1.2 Modelo prático

Para Sacristán; Gómez (1998), por mais que seja uma atividade repetitiva, é de fundamental importância o plano de aula no dia a dia do professor/a. Ter que definir as opções metodológicas, as técnicas e recursos a serem utilizados, conteúdos e as tarefas, são decisões que devem partir de cada professor/a, de acordo com a sua realidade, mas não deixando de dar atenção às exigências dos conteúdos e a necessidade do aluno. Embora o professor/a não seja o único agente que planeje o currículo, possui um papel importante ao traduzir para a prática concreta qualquer diretriz ou seleção prévia de conteúdo.

Vejamos o que os professores/as entrevistados/as comentaram sobre a elaboração do plano de aula:

Professora N.C.: O modelo que uso é meu [...] adotaram não só comigo, como para a escola toda.

Professora T.S.: Uso modelo tradicional que foi fornecido pela escola.

Professora C.N.: A escola dá o padrão e eu elaboro as atividades.

Professora J.J.: Elaboro porque tenho que elaborar.

Professora J.G. e P.S.: A escola oferta um modelo e eu trabalho por ele.

Ainda para Sacristán; Gómez (1998), além da sua participação na elaboração e no desenvolvimento, temos que levar em consideração as ações de como fazer esboços de unidades ou lições mais concretas, roteiros de conteúdos, preparar atividades, planejar trabalhos fora do espaço escolar, prever e organizar os materiais que irá utilizar, confeccionar ou selecionar, organizar no espaço e o mobiliário da escola, prever as avaliações, considerar estratégias dentro da aula e fora dela para diferentes tipos de alunos ou ritmos de aprendizagem, são tarefas que o professor deve ter bem definidas na hora que está elaborando o seu plano de aula.

Vasconcelos (2006) afirma que não podemos deixar de observar a fala da professora que diz: *“Elaboro porque tenho que elaborar”*. Quando o educador está inserido em todos os processos de planejamento, já adquiriu experiências, visões e afetos, é preciso então buscar compreender o ponto de vista do professor sobre tal questão, para que venhamos entender o que leva um docente a se expressar dessa maneira.

Depois dos passos para a elaboração do plano de aula, é necessário que ele seja aplicado. Muitos são os desafios que o professor enfrenta para chegar a esse momento. Segundo os professores entrevistados “*A escola não interfere na minha aula*”, essa resposta foi unânime. Todos os professores entrevistados, falaram que a escola não interfere na execução do plano de aula, mesmo que o modelo tenha sido ofertado pela escola, mas a definição de conteúdos e objetivos, fica a critério do docente.

4.1.3 Razões para planejar

Já temos entendimento da importância do plano de aula, e o quanto ele é de fundamental para que se atinja o sucesso na realização dos processos, que ali foram pensados e registrados. A ausência dele pode ter como consequência, aulas monótonas e desorganizadas, e também a falta de um bom desenvolvimento do professor.

A **busca de informações** para a elaboração do plano de aula é realizada semanalmente pelos professores entrevistados. Contudo, eles/as tem um jeito de realizarem essas buscas, observemos as respostas que foram dadas, referentes a essa busca de informações para a construção do plano de aula:

Professora N.C.: [...] eu pesquiso, uso muito a internet.

Professora T.S.: Uso o manual do professor, oferecido pela escola e algumas coisas uso a internet.

Professora J.G.: Com os livros que são passados para mim.

Professora P.S.: Eu tenho os livros em mãos.

Professora C.N.: A escola fornece todo material pedagógico.

Professora J.J.: Com os livros dos alunos. [...] hoje a televisão ajuda muito.

Segundo Sacristán; Gómez (1998), enquanto os professores/as utilizem os textos e outros materiais como um instrumento de ajuda, que não anulam sua iniciativa, é necessária uma coordenação entre eles para ordenar uma sequência de aprendizagem razoável. Sendo assim, não é proibida a busca de informações em

outros recursos disponíveis, o importante para que isso não atrapalhe o trabalho do professor, é que seja feita uma busca organizada, selecionando assim, somente o que é de real importância.

Em uma pergunta extra, a resposta mais uma vez foi unânime, entre os professores entrevistados, “não uso a BNCC, DCNEI, RCNEI”, com uma resposta de uma professora, informando que: “[...] a escola não foca muito.”, sendo assim a elaboração livre, para eles planejarem como desejarem.

Para Sacristán; Gómez (1998), quanto menos preciso for a regulação e classificação de conteúdos por parte da administração, maior é a necessidade de que os professores/as a efetuem nas escolas, tarefas em que estes costumam ser supridos pelas editoras de livros, que são as que escolhem conteúdos e os desenvolvem a sua maneira.

O planejamento das atividades, é um momento importante para o professor, é com as atividades escolhidas que eles têm a possibilidade de avaliar sua classe e fixar conteúdos. Examinemos as respostas referente a atividade dada pelos professores entrevistados:

Professora N.C.: Procuro trazer atividades lúdicas para meus alunos. [...] atraio os alunos para a sala de aula. [...] gosto de aula interativa

Professora T.S e J.G.: Minha aula é muito dinâmica.

Professora C.N.: Trabalhar muito com dinâmica.

Professora P.S. e J.J.: Que eles aprendam brincando, sem fugir do foco da matéria.

Nota-se que as professoras entrevistadas têm em seus planos de aula, dando lugar as comemorações de acontecimentos importantes, realizando apresentações teatrais, vídeos, fotografias, projetos, atividades que incentivem a leitura e a musicalização, entre outros, e a escola, por mais que siga uma linha tradicional, não interfere na maneira que as professoras escolheram ministrar suas aulas.

Mesmo com todo o planejamento tendo sido feito antecipadamente, não podemos evitar o acontecimento de algum imprevisto, por isso uma professora expressa que coloca outras coisas em sua aula, modificando o seu planejamento. Por

essa razão, muitas dessas decisões e atividades não demandam tempo e muito esforço, pois precisam ser tomadas e executadas na hora.

4.1.4 Linhas gerais de metodologia pedagógica

Foi coletiva, a expressão das professoras entrevistadas, sobre a **linha geral de metodologia pedagógica** que a escola escolheu trabalhar. Segundo elas, a escola escolheu a *linha tradicional*, usando muito caderno e quadro, porém a professora N.C. da escola “A”, fez uma observação, que devemos considerar de muita importância, “[...] *só caderno e quadro é cansativo para a professora e o aluno*”.

É possível perceber a rotina das professoras e dos alunos, tendo realizado algumas perguntas extras. Planejam semanalmente, diariamente realizam atividades, como: registro nas agendas, chamada de classe, correção das atividades, organização na hora do lanche, higienização das crianças e arrumação dos seus materiais escolares, entre outros.

Segundo Sacristán; Gómez (1998), uma ordenação geral do currículo, dividido, por exemplo, as matérias e conteúdos pelos ciclos acadêmicos qualificam os alunos por idade e série/ano. Isso é feito para localizar os alunos de acordo com seus rendimentos e progressos. A medida que vão aprendendo os conteúdos estabelecido para cada série/ano, eles são promovidos para o ano seguinte.

A tradição é fazer com que os alunos conquistem a aprovação anualmente. Mesmo nas séries iniciais não havendo reprovação, o professor também utiliza dessa fórmula geral, porém de uma maneira mais flexível, permitindo aos alunos seguirem seus ritmos de progressos.

Essa forma de agrupamento é geralmente regulada pela administração educativa, intervindo desde a ordenação do currículo e da avaliação de alunos/as, embora a sua realização fique nas mãos das equipes docentes, ao não existir controles externos de passagem entre graus ou cursos, sendo que evidencia o critério de avaliação que se utiliza (SACRISTAN; GOMÉZ, 1998, p. 259).

Mesmo seguindo a linha tradicional, o material didático que os professores e alunos utilizam, é escolhido entre equipe pedagógica e professores, e está ligado à linha pedagógica e aos processos de aprendizagem, que a escola adota. Nesses termos é possível que o professor consiga desenvolver para os seus alunos um trabalho dinâmico e cooperativo.

Conforme a linha pedagógica adotada pela escola, não se faz necessário evitar a iniciativa do professor, mas dispor dos meios para estimular sua capacidade profissional. Do contrario os professores/as e as escolas serão vítimas de suas próprias limitações. Os meios para isso podem ser a disponibilidade de uma biblioteca profissional, seminários sobre temas concretos, contato com outros colegas, a troca ou indicação de material confeccionado pelos docentes, entre outros, fazendo assim que o trabalho seja realizado com mais prazer. (SACRISTAN; GOMÉZ, 1998).

5 CONCLUSÃO

Com a realização dessa pesquisa, foi possível analisar como as professoras da educação infantil, da rede particular de ensino de Santo Amaro das Brotas SE, planejam suas aulas.

Foram longas leituras, separação de vários artigos, muitas conversas sobre o tema, até chegar à conclusão de que é de conhecimento geral entre os professores, que as crianças precisam de aulas onde elas se sintam atraídas, e essa tarefa de elaborar aulas desta maneira, fica sobre sua responsabilidade.

Hoje é possível através da internet, livros e outros recursos disponibilizados, a criação de atividades atrativas para crianças, porém com as entrevistas realizadas para a construção desse artigo, foi possível notar que, além desses recursos mais acessíveis, nenhuma das professoras utilizam a BNCC, DCNEI, RCNEI, todos documentos relacionados a educação infantil, para a elaboração do plano de aula e que não se tem uma fiscalização efetiva por parte da gestão da escola, em buscar que a sua equipe docente, tenha acesso e passe a utilizar também esses documentos na elaboração dos planos de aula.

Para elas, o plano de aula é um facilitador das atividades que devem ser realizadas em sala com seus alunos, e mesmo sendo uma atividade onde algumas se sentem à vontade e outras se sentem obrigadas, somente com o apoio dos livros disponibilizados pela escola e pesquisas na internet, já é suficiente para se ter um bom plano de aula. Mesmo realizando a atividade de planejar semanalmente, é possível perceber o quanto lhes falta conhecimento sobre os documentos que normatizam tal tarefa.

Mesmo tendo falta desses materiais normativos, para elas não faltam materiais, como: tinta, massinha de modelar, cola, lápis de cor, por exemplo, para que

desenvolvam atividades onde mesmo que sem terem conhecimento dos objetivos expressados nos materiais normativos, elas possam desenvolver aulas, onde esses objetivos sejam alcançados.

Por fim, conclui-se que, seria importante que as professoras tivessem conhecimento desses materiais normativos, que são criados para a garantia da aprendizagem das crianças, através de reuniões, indicações de estudos, seminários, não para a modificação das suas aulas, mas sim para que elas conseguissem embasamento dos conteúdos abordados com seus alunos e se mantivessem atualizadas e com isso conseguissem desenvolver melhor ainda os seus planejamentos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; SOARES, Julio Ribeiro; MACHADO, Virgínia Campos. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. **Cadernos de Pesquisa** v.45 n.155 p.56-75 jan. /mar. 2015.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sergio. Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos. **Psicologia Ciência e Profissão**. 26 (2), 222-245 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **LDB** : Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Brasília, 2017.
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 10 de Outubro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** / Secretaria de Educação Básica. Brasília : MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em 30 de setembro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: 30 de setembro de 2019.

CASTRO, Patricia Aparecida Pereira Penkal de; TUCUNDUVA, Cristiane Costa; ARNS, Elaine Mandelli, A importância do planejamento das aulas para organização do trabalho do professor em sua prática docente. **Athena Revista Científica de Educação**, v. 10, n. 10, jan./jun. 2008.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

JÚNIOR, Reynaldo Mauá. **Planejamento escolar**: um estudo a partir de produções acadêmicas (1961 – 2005). Marília Universidade Estadual Paulista, UNESP. 2007.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U. 2012.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GOMÉZ A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino** / J. Gimeno Sacristán e A. I. Pérez Gómez; tradução Ernani F. da Fonseca Rosa 4. ed. São Paulo: Artmed, 1998

VASCONCELLOS, Celso dos Santos, **Planejamento**: Projeto de Ensino - Aprendizagem e Projeto Político – Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 16 Ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006 – (Cardenos Pedagógicos do Libertad; v. 1)

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA

ENTREVISTA

Nome:

Escola que leciona:

Serie que leciona:

Ano de formação:

Tempo de atuação em sala de aula:

Perguntas

1º_ Você elabora plano de aula? Na sua opinião, qual a linha pedagógica adotada pela escola? Essa linha pedagógica interfere em seu plano de aula? Porquê?

2º_ Pelo qual motivo você realiza a elaboração do plano de aula?

3º_ Como você planeja as suas aulas? Você segue alguma linha pedagógica?

4º_ Quando você esta elaborando o plano de aula, como você se sente? O que você consegue identificar sobre você?

5º_ O plano de aula, te ajuda ou atrapalha, como professora?

6º_ Você sente dificuldade em elaborar um plano de aula? Qual o modelo que você usa? É fornecido pela escola ou foi elaborado por você?

7º_ Você sente a necessidade de ter ajuda para conseguir elaborar um plano de aula?

8º_ É necessário elaborar um plano de aula?

9º_ Você se sente segura com o plano de aula?

10º_ Você se sente a vontade em elaborar um plano de aula? O que você deseja quando elabora um plano de aula?

Pergunta Extra

11º_ Você não usa nenhum livro?

12º_ Você usa a BNCC, DCNEI ou o RCNEI para elaborar seu planejamento?

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Thalyta Jodgheise Portela dos Santos,
acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Amadeus/FAMA,
orientada pela Prof. (a) e Dr. (a) Maria Suzilindora Gomes,
declaro para os devidos fins que o Trabalho de Conclusão de Curso:
10. plano de aula e seus impactos no desenvolvimento dos professores, da rede particular de ensino do município de Santo Inácio dos Baixos SE atende às
normas técnicas e científicas exigidas na elaboração de textos e ao Regulamento para
Elaboração do TCC da referida Instituição.

As citações e paráfrases dos autores estão indicadas e apresentam a origem e ideia do autor (a) com as respectivas obras e anos de publicação.

O Código Penal em vigor, no Título que trata dos Crimes Contra a Propriedade Intelectual, dispõe sobre o crime de violação de direito autoral – artigo 184 – que traz o seguinte teor: Violar direito autoral: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. E os seus parágrafos 1º e 2º, consignam, respectivamente:

A § 1º Se a violação consistir em reprodução, por qualquer meio, com intuito de lucro, de obra intelectual, no todo ou em parte, sem autorização expressa do autor ou de quem o represente, (...): Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, (...).

§ 2º Na mesma pena do parágrafo anterior incorre quem vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire oculta, empresta troca ou tem em depósito, com intuito de lucro, original ou cópia de obra intelectual, (...), produzidos ou reproduzidos com violação de direito autoral (Lei n.º 9.610, de 19.02.98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, publicada no D.O.U. de 20.02.98, Seção I, pág. 3).

Declaro, ainda, minha inteira responsabilidade sobre o texto apresentado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Aracaju SE, 20 / 11 / 2019.

Thalyta Jodgheise Portela dos Santos
Assinatura da aluna concluinte